



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>ATA DE REUNIÃO -RURAL</b>		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 09/01/2025
<b>PARTICIPANTE</b>	<b>CARGO/SETOR</b>	<b>MODO DE PARTICIPAÇÃO</b>
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G DA FONSECA	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
DAVID JACOB BASTOS	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE MONTEIRO GOMES	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	ONLINE
IONE NAKAMURA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	PRESENCIAL
ANDREA BARRETO	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	ONLINE
LUCIANA ALBUQUERQUE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
MARCOS WAGNER TEIXEIRA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	PRESENCIAL
LULY FISCHER	UFPA	PRESENCIAL
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
MARIO SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
BRUNO KONO	ITERPA	ONLINE
FLAVIO RICARDO AZEVEDO	ITERPA	ONLINE
VANDERSOM QUARESMA	CODM	PRESENCIAL
DANILO SOARES	SPU	PRESENCIAL
ARACELI EVANGELISTA	SPU	PRESENCIAL
MARCELE BARILE MACHADO	FAMEP	PRESENCIAL
MARIO TITO ALMEIDA	INCRA/BELEM	PRESENCIAL
CLAUDECK FERREIRA	INCRA MARABA	ONLINE
AGNALDO TREMEA	INCRA SANTAREM (CHEFE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA)	ONLINE
ETELVANA ALVAREZ	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL

IDELZUITH CARDOSO	REGISTRADORA DE IMOVEIS SUBSTITUTA DE SANTA IZABEL DO PARÁ	PRESENCIAL
CAROLINE BRAND	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE GOIANESIA DO PARÁ	ONLINE
RENATA RODRIGUES ALMEIDA	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE CAPITÃO POÇO	ONLINE
FLAVIANE SOUZA LUCAS	REGISTRADORA SUBSTITUTA DE IMOVEIS 0 2º RI DE BELEM	ONLINE
WILLIAM PRAIA	JURÍDICO 2º RI DE BELÉM	ONLINE
MYRZA TANDAYA NYLANDER PEGADO	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE MARTITUBA - CRI	ONLINE
ADRIZIA ROBINSON	PROCURADORA DO MUNICIPIO DE CAPITÃO POÇO	ONLINE
FLAVIA SILVA	MUNICÍPIO DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
JESSICA MACIEL	CREA	PRESENCIAL
ALESSANDRA RIBEIRO	OUVIDORIA AGRARIA	PRESENCIAL
ANA LUISA SANTOS ROCHA	ASSESSORA DA VARA AGRARIA DE CASTANHAL	ONLINE/PRESEN CIAL (URBANO)
MARCIO GOES DO NASCIMENTO	SECRETARIO DE INFORMATICA DO TJPA	PRESENCIAL
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIÁRIO - CGJ	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO - CGJ	PRESENCIAL
<b>ASSUNTOS DISCUTIDOS</b>		
<b>DEVOLUTIVAS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DELIBERADOS NA ÚLTIMA REUNIÃO (04.11.2024)</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DO EVENTO SOLO SEGURO/2024 SITUAÇÃO: CGJ DEVE SE MANIFESTAR</li> <li>2. DAR CIENCIA AOS PRESENTES DAS REUNIÕES REALIZADAS COM O INCRA EM 26.11.2024 (COM A PRESENÇA DO CNJ) E 16.12.2024 E DOS ENCAMINHAMENTOS DAS PAUTAS ANEXAS, ALÉM DE DAR CIENCIA DA CELEBRAÇÃO DE ACT DAS TRÊS SUPERINTENDENCIAS COM O ITERPA PARA EMISSÃO DE TITULOS COM CCIR; SITUAÇÃO: CGJ DEVE SE MANIFESTAR</li> <li>3. DISPONIBILIZAÇÃO DOS SHAPEFILES CORRESPONDENTES ÀS ÁREAS PATRIMONIAIS DOS 47 MUNICÍPIOS INFORMADOS PELO ITERPA À SECRETARIA DE INFORMÁTICA PARA INTERLOCUÇÃO COM O ITERPA E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS. ENCAMINHAR CONTATO DA INFORMATICA AO REPRESENTANTE DO ITERPA. SITUAÇÃO: FOI ENCAMINHADA A SECRETARIA DE INFORMATICA. AINDA EM ANDAMENTO</li> <li>4. REITERAR OFICIO EXPEDIDO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO SOBRE A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA DOS LIMITES MUNICIPAIS</li> </ol>		

SITUAÇÃO: FOI EXPEDIDO OFICIO A ALEPA

5. ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DA ÁREA DO QUILOMBO SUCURIJUQUARA

SITUAÇÃO: ATÉ A ELABORAÇÃO DESTA ATA, CGJ AINDA NÃO TINHA RECEBIDO O MATERIAL PELO 2º RI/BELÉM. SERVENTIA DEVE SE MANIFESTAR

6. O QUE OCORRER

A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 9H25.

DISCUSSÕES/DEBATES (transcrição realizada com o auxílio da ferramenta Transkriptor):

**DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ** - Bom dia a todos. Já são 09:25. Já está na hora de começarmos aqui nossa reunião nesse Núcleo de Governança Fundiária Rural. Não sei se os senhores tomaram conhecimento, mas finalmente foram publicadas as duas portarias que regulamentam aqui esses dois núcleos: o Rural e o Urbano. A composição deles. Chegou? Por e-mail? Essa aqui é nossa última reunião, minha e a do Dr. Lúcio. Nós estamos de saída, em fevereiro já não seremos nós. Mas a boa notícia é que os dois colegas que vão ficar aqui à frente junto com a nova Corregedora que não pôde estar presente, mas ficou de ainda tentar comparecer. O Dr. André Filo-Creão e o Dr. Horácio. Ambos são juízes de direito, já foram juízes agrários, têm uma expertise na matéria e eles serão os juízes auxiliares da nova corregedora que ficarão à frente dessa atividade do extrajudicial. Foram escolhidos por ela e foram boas escolhas. Dois colegas bastante compromissados, empenhados, competentes e com conhecimento da matéria, o que já facilita muito. Então queremos desejar aqui as boas-vindas, o Dr. Horácio já participa desse núcleo, já tem participado das reuniões. O Dr. André começou no início, mas depois se afastou por causa da Ouvidoria. Trabalhou como Ouvidor Adjunto Agrário e agora vai ser o juiz auxiliar aqui da Corregedoria na próxima gestão, 2025 a 2027. Então quero dar aqui as boas-vindas já na condição de novos juízes auxiliares aqui da Corregedoria ao Dr. André e ao Dr. Horácio. Desejar que o trabalho deles renda bons frutos e, como é já do conhecimento deles, saber que todos os seus que participam aqui são de fundamental importância para o sucesso dessas atividades. Isso é o fruto do esforço de cada um. Dessa interação, dessa boa vontade, desse fazer querer acontecer. E que nos proporcionou muita alegria nesses dois anos, 2023 e 2024. Estava vendo aqui, fazendo um apanhado com o Dr. Lúcio, nessa atividade do Solo Seguro nesses dois anos, 2023, 2024, foram entregues 20.463 (vinte mil, quatrocentos e sessenta e três) títulos. Quando nós pensamos que são quase vinte mil e quinhentas famílias que foram atendidas, e que agora estão em uma condição de segurança, de conforto, de enriquecimento patrimonial, porque uma coisa é você ter uma posse, outra coisa é você ter o domínio completo, você ter o título. Exatamente, dignidade. Então, nós podemos contribuir para essas pessoas, e se você ver que a média da família é de três, quatro pessoas, são oitenta mil pessoas que podem dormir com tranquilidade que no outro dia não tem um trator para derrubar a casa deles, não é, Doutor? Então, isso em vários municípios aqui em Belém, mas também no interior...Tivemos aqui também a grata satisfação de participar, de poder de alguma

forma ter contribuído para isso, ainda que de forma diminuta, dessa cartilha que foi lançada pela Vale, com o apoio do...esqueci o nome do setor da UFPA...da Clínica! Da Clínica, uma cartilha que fala sobre a questão da regularização. Questão de informação é tudo, também considero isso que foi um evento de grande sucesso. Também agradeço aqui de público à Professora Luly pela organização dos eventos acadêmicos, fizemos dois eventos acadêmicos...Pelo artigo publicado pelo CNJ também, que fala sobre essa atividade da regularização. Agradeço a todos os órgãos aqui representados e a todos que representam por todo o empenho, por toda a atenção que foi dada, pelas conversas...não está aqui presente hoje, uma servidora de Ananindeua, mas ela fez um registro em uma reunião que nós tivemos no ano passado no meu gabinete, que ela disse assim: "ah, eu sou muita grata pela Corregedoria por essa questão da REURB, por que fez acontecer, fomentou essa atividade". E, se a gente analisar esses números, só em Ananindeua já...só esse ano agora em Ananindeua já tivemos dois mil e quatrocentos títulos, mais o [ano] anterior, acho que já batemos uns cinco mil e pouco, não é, Dra. Etelvana? Então agradeço aqui aos registradores também, na pessoa Dra. Etelvana e do Dr. Cleomar, que fazem aqui parte do núcleo...mais de quatro mil, não é? Olha só que trabalho bem feito esse. E nós podemos de alguma forma colaborar para que isso aconteça, ajudando nessa interlocução, nessa aproximação dos vários setores envolvidos que, enfim, é o papel que nos cabe, porque são os senhores que realizam o trabalho. A gente apenas aproxima, conversa, dialoga, procura ver onde está havendo alguma dificuldade, procura ajudar para superar aquele problema. Isso é muito gratificante. Então eu quero agradecer a todos pelo empenho, pelo bom trabalho nesses dois anos e dizer que vou levar uma grata lembrança de tudo isso aqui. Vou ficar com saudade, mas vou deixá-los em boas mãos. Dito isso, aqui, estava conversando aqui em paralelo com a Professora Luly. Ela estava trazendo uma boa notícia, mas o...vamos apenas aguardar para ver se o rapaz chega, Professora Luly, para você compartilhar...ele está na Almirante Barroso? Para você compartilhar essa boa notícia, porque as boas notícias devem ser dadas ao conhecimento geral. Então, vou passar aqui a palavra para o Dr. Lúcio para ele ir conduzindo a reunião, como a gente sempre faz. Porque, na verdade, ele que é o pulmão, ele que faz acontecer. Vamos lá, Dr. Lúcio. Muito obrigado pela sua ajuda e por todo o seu trabalho nesses dois anos.

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ**- Eu que agradeço, Desembargador. Sem o seu apoio aqui, a sua mão forte, a Corregedoria não teria chegado a esse resultado tão bom e, o Desembargador divulgou hoje, são mais de vinte mil títulos expedidos, e lembrando que desses títulos tem muitos títulos de titulação coletiva de quilombolas, então só da última edição do Solo Seguro foram mais de mil famílias, então foram 20 títulos, mas que representam mil famílias beneficiadas. Então, é maior do que a gente estima, porque existem titulações coletivas, aparece muito mais gente, trazendo assim, como o Dr. Davi disse, a dignidade para essa população. Mais oito? Vinte e oito comunidades quilombolas já devidamente registradas em razão do Projeto Regularizar e da Semana Nacional do Solo Seguro. E muitas outras virão, porque o mapeamento já foi feito e foi encaminhado, e a gente está trabalhando junto com os órgãos para que a gente possa em uma próxima edição titular, não só titular, mas registrar mais territórios quilombolas em homenagem, respeitar as populações tradicionais. Dito isso, nós começamos a reunião da parte rural, de Regularização Fundiária Rural, e o



Desembargador já exauriu o item 1, que são as informações com relação ao Solo Seguro, ocorrido agora no último mês de novembro. Então, creio que podemos então passar para o item 2 da nossa pauta, que era dar ciência aos presentes a respeito de reuniões que foram realizadas com o INCRA. A primeira no dia 26 de novembro de 2024, com a presença do CNJ. A Dra. Liz Rezende estava presente na reunião, e outra reunião realizada no dia 16 de dezembro, já aqui na Corregedoria, com as três superintendências, e dar ciência do que foi tratado nesses dois atos. Na primeira reunião, foi mais uma reunião de apresentação, porque o CNJ, a nosso pedido, fez uma intervenção ao INCRA-Brasília solicitando a participação não só de uma, mas de todas as superintendências em todas as nossas reuniões, que era um pleito antigo. Hoje está presente, aqui estou vendo, o Dr. Tito Almeida. Eu não sei se os demais superintendentes estão presentes online, mas está havendo uma interlocução boa, foi nos indicados os pontos focais, que é como o CNJ determina aquelas pessoas responsáveis em cada superintendência responsável por receber as demandas e dar o tratamento para que sejam encaminhadas aqui no Grupo de Governança. Nós já temos os pontos focais, já temos os contatos, estamos tendo uma interlocução, estamos tendo as respostas necessárias. E, na reunião do dia 16, houve um pedido especial da Dra. Liz Rezende para que o INCRA pudesse informar quais os municípios que estão subordinados a cada uma das superintendências, porque às vezes existe até a dúvida se determinado município é de Belém, se é de Santarém, se é de Marabá...e eles informaram que estava havendo uma reformulação interna no INCRA e que tão logo fosse feita essa reformulação eles iam nos comunicar, como de fato recebemos agora a Portaria nº 925 que foi encaminhada pelo Dr. Mario Tito Almeida, que é o nosso ponto focal aqui no Estado do Pará, e essa portaria do INCRA ela reorganizou todos os municípios e determinou a qual superintendência cada um está subordinado, então nós vamos dar ciência a todo o Grupo de Governança dessa portaria. Só lembrando que houve um lapso aqui com relação à superintendência de Belém, que não foram colocados municípios de Dom Eliseu e de Ulianópolis, mas que eles farão parte da superintendência de Belém. Passa a ser Belém agora. Então eles não constam aqui na portaria como Marabá e passaram a fazer parte de Belém. Então é muito importante que essa informação seja divulgada para que se direcionem as demandas à superintendência responsável pela titulação dessas áreas. Então, nós vamos...esse ofício, eu tomei conhecimento dele hoje. Foi encaminhado no dia 08, ontem, às 18 horas, e vai ser encaminhado para o e-mail de todos os senhores, certo? Então, essa foi a reunião do dia 26 de novembro, que tratou primeiramente da apresentação dos pontos focais, e saiu com essa demanda aqui de que fosse feita essa portaria, e também saiu com a demanda de que a Corregedoria se reunisse novamente com o INCRA, já em uma reunião interna, a qual foi realizada no dia 16 de dezembro, e nessa reunião ficou tratado a questão da titulação feita pelo ITERPA, porque o Dr. Bruno Kono, que eu já vi que está presente aqui online, ele nos informou que entrou em contato com o INCRA-Belém e celebraram um ACT para que todos os títulos expedidos pelo ITERPA, pelo menos da área do INCRA da área de Belém, já fossem expedidos eletronicamente para o INCRA e o INCRA devolvesse com o CCIR pronto, a fim de evitar problema no registro. Esse ACT, salvo engano, já se encontra assinado, mas faltava avançar para as superintendências de Marabá e Santarém, o que ficou acertado nesta reunião que ocorreria. Então assim, seria importante ouvir agora tanto o INCRA quanto o ITERPA

para saber se com relação a Marabá e Santarém essa providência avançou de alguma forma, para que a gente possa pôr fim à questão da ausência de CCIR nos registros expedidos pelo ITERPA.

**CLAUDECK FERREIRA-INCRA- MARABÁ-** Bom dia, Dr.! Aqui é Claudeck, aqui de Marabá, Chefe da Divisão de Regularização Fundiária, e, como o senhor falou, realmente consertaram de sermos oficiados, mas até momento, assim, a nossa Divisão não acusou o recebimento desse ofício, solicitando essa parceria da afirmatura desse ACT.

**LÚCIO GUERREIRO - CGJ** - Dr. Bruno Kono está com a mão levantada. Por favor, Dr. Bruno.

**BRUNO KONO - ITERPA** - Bem, bom dia a todos, feliz 2025. Primeiro, eu queria saudar e prestar minhas homenagens ao Desembargador José Roberto e à toda a sua equipe na pessoa do Dr. Lúcio Guerreiro. Nossa gratidão, como eu sempre falo em todas as reuniões e oportunidades que eu tenho para conversar de forma mais particular, sempre enalteço todo o trabalho que tem sido feito, inovador que tem sido feito. Trabalho de muitas aprendizagens, de muitos entendimentos, e sempre com esse espírito conciliatório que é próprio do senhor, Desembargador, esse espírito sempre buscando conciliar para buscar o resultado. Então, sem dúvida vai deixar muitas saudades, principalmente pelo legado que foi construído, mas, ao mesmo tempo, a vida segue, não é? O senhor tem muitos projetos, assim como o Dr. Lúcio também, e não tenho dúvida que na nova gestão da Dra. Maria Elvina, auxiliada pelos nossos juízes corregedora, Dr. André e Dr. Horácio, certamente a gente vai continuar esse trabalho que está sendo tão importante, cada vez tem sido mais favorecido e repercutido positivamente. Não é só para o Estado do Pará, como eu sempre falo. O Estado do Pará não só em termos de órgãos fundiários, mas em termos de situação da Corregedoria, de cartórios ele passou a ser uma referência nacional, e isso nos orgulha muito quando a gente consegue escutar isso dos outros estados, quando o Estado do Pará era um problema emblemático, histórico do país, e ele começa a ser o ponto focal dessa solução, de propostas de solução dessa nossa agenda. Então, mais uma vez, minha gratidão, em nome do Governo do Estado do Pará, por todo esse trabalho que vocês desenvolveram nessa gestão. Vamos lá, em relação à nossa pauta...

**DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ** - Perdoe a minha interrupção, mas eu também queria agradecer na sua pessoa, ao Governo do Estado, ao ITERPA, por todo o empenho e toda a parceria nesses dois anos. Foi muito produtivo. Obrigado, Dr. Bruno.

**BRUNO KONO - ITERPA** - Obrigado, Desembargador. E acima de tudo, eu acho que o nosso grande ganho aqui é justamente essa integração, esse relacionamento que nós criamos. Ou seja, todo mundo tem uma oportunidade de canal de fala, de conversa, de diálogo, de empatia, para a gente buscar esse resultado. Muito obrigado, Desembargador, também. Bem, com relação ao CCIR, vamos lá, o ITERPA, ele firmou uma parceria agora com o INCRA, no início de dezembro, INCRA-Marabá, através de

seu superintendente Dr. Rai, e nós só estamos aguardando um treinamento que ficou agendado para ainda nesse mês de janeiro. O treinamento e a liberação do usuário. Feita essa liberação do usuário, a gente já consegue alimentar o sistema do INCRA para que o INCRA Brasília, a gente encaminhando esses dados, o INCRA-Brasília faz o processamento desses dados e já faz para a gente, está bom? Eu vou confirmar se já foram enviados esses ofícios tanto para Marabá quanto para Santarém também, então peço, no mais tardar, até a semana que vem, para comunicar a Corregedoria em relação a isso e fazermos essa atualização em relação a Marabá e a Santarém, no caso. E eu queria atualizar uma situação que inclusive do nosso evento dos órgãos de terras que eu gravei essa participação da Corregedoria através do Dr. André Filo-Creão que nos prestigiou no evento, que a gente tem essa tratativa já com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e juntamente com o INCRA-Brasília, o INCRA Presidência, a integração da plataforma do SICAF com o Governo Federal. Já temos feito através do "gov.br", e agora firmamos uma parceria, um termo de cooperação com a Receita Federal, para que haja um acesso ao "CPF Lite", consegue entrar em todo o cardápio de serviços do Governo Federal. O ITERPA já está com a API pronta, só está aguardando hoje, pedir inclusive hoje uma atualização do Governo Federal para saber como está esse andamento. A gente vai integrar cada vez mais para que esse CCIR saia já de forma mais automática possível, está bom? Ou seja, e dar celeridade em relação a isso. Então, com relação aos pontos do CCIR, é isso que eu tenho para atualizar as vossas excelências.

**LÚCIO GUERREIRO - CGJ** - Agradeço a manifestação, Dr. Bruno. Então quer dizer que as tratativas estão promissoras para que a gente possa resolver definitivamente essa situação, que muitas vezes acaba impedindo um simples registro, porque, apesar de ser fácil retirar o CCIR, talvez, pela internet, as pessoas que têm que fazer esse serviço sentem dificuldade ainda na rede de computadores. Então, vindo pronto facilita muito para o trabalhador rural. Vou dar a palavra para o Dr. Tito do INCRA e também tem alguém com a mão levantada. Então Dr. Tito, o senhor tem a palavra.

**MÁRIO TITO ALMEIDA - INCRA** - Só para corroborar a fala do Dr. Bruno, a gente, em Belém, tem feito já a seleção dos servidores que vão fazer o treinamento exatamente nessa perspectiva do procedimento entre ITERPA-INCRA-Belém. Esse período agora dos servidores de recesso, mas dentro do início desse mês de fevereiro a gente vai ter todo esse procedimento feito, Dr. Bruno, e isso vai ser fundamental até para gerar uma expertise para Santarém e em Marabá. Eu acho que no momento em que Belém já encampa isso, leva essa mesma rotina de trabalho para Santarém e Marabá, e eu acredito que isso vai dar uma celeridade tremenda, porque isso tem, de fato, criado um obstáculo. Então, quando a gente faz um procedimento mais próximo, vai gerar, sim, um ganho muito grande. Então Belém já está nessa proposição, até em fevereiro já teremos um bom encaminhamento disso.

**LÚCIO GUERREIRO - CGJ** - Obrigado, Dr. Tito. Por favor, quem está com a mão levantada presente no grupo, tenha a palavra.



**AGNALDO TREMEA – INCRA/SANTARÉM** - Bom dia, senhores. Estão me ouvindo? Estão me ouvindo?

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Sim, sim. Estamos ouvindo.

**AGNALDO TREMEA – INCRA/SANTARÉM** - Bom dia, senhores. Sou Agnaldo, chefe da Regularização Fundiária de Santarém. Parabéns para os colegas pelo trabalho. Só complementando a fala dos colegas. Ontem eu realmente fiquei agoniado quando recebi o convite da Auxiliar para fazer a reunião hoje e eu revirei o INCRA atrás desse dito e-mail, dos e-mails e das remessas de correio e eu realmente não encontrei nenhum ofício reiterando o que o colega de Marabá falou. Eu acabei conversando com o Sr. Ricardo Azevedo, ele é assistente do Dr. Bruno, ele me repassou toda essa interlocução a respeito de passar essas atribuições para Santarém e Marabá está sendo feito por Brasília, então, realmente, nesse momento não há o que a gente fazer. Vamos aguardar. Vou entrar em contato com Brasília hoje e vou ver o que estão fazendo por lá. Se o Dr. Bruno tiver alguma coisa para complementar. Segundo o Dr. Ricardo, Brasília esse canal de repassar para Marabá e Santarém essa demanda do CCIR.

**BRUNO KONO – ITERPA** - Então deixe eu só esclarecer aqui. Posso falar, Dr. Lúcio?

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Claro, Dr. Bruno.

**BRUNO KONO – ITERPA**- Dr. Agnaldo, a gente está fazendo caminhos paralelos, está bom? Porque como lá em Brasília a gente depende de outras parcerias, como eu coloquei, Receita Federal, outros acessos de envolvimento, a gente tomou uma iniciativa aqui, juntamente com a Corregedoria, Dra. Liz, o próprio INCRA-Brasília e os superintendentes, de nós começarmos a tentar ver uma saída alternativa mais rápida. Então foi dessa forma que a gente conseguiu estabelecer. Então a gente vai seguir caminhos paralelos. Brasília tem o tempo de Brasília também, e a gente não pode ficar esperando, porque a gente tem essa demanda aqui que todos necessitam desse CCIR, está bom?

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Está certo, dr. Bruno. Dr. Agnaldo, o senhor permanece com a mão levantada. Ainda quer falar alguma coisa? Não? Então bem, creio que chegamos a um denominador a respeito dessa matéria do CCIR. O Professor Girolamo levantou a mão. O Sr. Gostaria de falar há algum tempo, não é?

**GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI** - Obrigado, bom dia. Me associo às palavras do Dr. Bruno para elogiar a democrática gestão deste espaço que o Desembargador José Roberto abriu ainda no passado, e que continua hoje oferecendo a possibilidade de nós discutirmos a questão fundiária, e todos nós ainda nessa sala, seja presencial ou virtual, sabemos dos problemas. Parabéns, e que continue na próxima administração a possibilidade de avançarmos sempre mais. Mas eu pedi a palavra não só para agradecer, mas, para agradecer ao Tribunal, mas talvez, digo talvez porque precisamos receber primeiro o ofício que o senhor fez referência ainda há pouco. Na verdade, minha intervenção era sobre o ponto de pauta anterior, que diz respeito à organização

especial da Superintendência do INCRA no Estado do Pará. Essa é uma situação que se, acredito eu, for resolvida através dessa comunicação, é de fundamental importância. Acho que todos nós sabemos da dificuldade que tínhamos. Tem alguns municípios que, por exemplo Portel, por exemplo Pacajá, e outros que nunca se sabia se eram Belém, se eram Marabá ou se eram Santarém, porque pedaços desses municípios eram “de responsabilidade dessas administrações”. Pode ser que se tenha permanecido ainda algum pedaço para cá e para lá, mas é fundamental para podermos saber efetivamente em qual porta bater quando existe uma dificuldade, quando existe um problema, ou quando existem um elogio a ser feito, porque não é só de problemas que a gente vive, que se possa de fato ter essa informação. Ela é de vital importância exatamente pelo peso preponderante que tem a união na administração das terras do nosso Estado. Por isso, parabéns para o INCRA, parabéns para o Tribunal, para poder ter pressionado o INCRA para poder fornecer essa informação, e a partir daí com certeza teremos possibilidade de avançar ainda mais. No que diz respeito ao CCIR, também acho que um espaço fundamental é de que está sendo encaminhado, pois é meio estranho mais de quarenta anos depois dizer que agora estamos cumprindo uma norma que é de 1972, que faz com que o CCIR seja obrigatório em qualquer ato registral sem as devidas correções necessárias, eu não estou afirmando que nos últimos quarenta anos nada foi feito, não é isso que estou dizendo, mas sem as devidas correções necessárias, poderíamos criar situações meio complicadas de títulos emitidos sem o CCIR e “obrigar os cartorários a cumprir uma norma”, porque lei federal deveria ser cumprida por todos, começando pelos órgãos federais e estaduais. Portanto, acho que estamos em um novo patamar de informações, em um novo patamar de consolidações da segurança jurídica, e isso com certeza é mérito dos órgãos, mas sobretudo do Desembargador, Vossa Excelência. Obrigado.

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Obrigado pela intervenção, professor. Então, acho que exaurimos o nosso item 2 da pauta. Podemos avançar para o item 3? No item 3, eu pedi a presença do nosso secretário de informática do nosso Tribunal. Ele está a caminho. Então, vamos avançar para o item seguinte, para que a ele possa realizar uma explicação técnica do que tem sido feito com relação aos shapefiles. O item 4 da nossa pauta seria reiterar o que foi expedido na Assembleia Legislativa do Estado sobre a necessidade de atualização dos limites municipais. Aquela conversa que nós já temos levado há muito tempo. Esse ofício foi, mais uma vez, encaminhado para a Assembleia e, até o momento, não recebemos uma resposta definitiva. Então ficamos no aguardo, porque acho que esse ofício já foi reiterado pela terceira vez. E não houve nenhuma explanação ao menos de como está o processo na Assembleia, dessa delimitação territorial. Alguma sugestão de providência nova a adotar? Dr. Bruno, o senhor saber dizer alguma coisa?

**BRUNO KONO – ITERPA** - Dr. Lúcio, eu não tenho nada atualizado. Eu cheguei a participar de uma reunião lá do IBGE, cheguei depois a reunir com o Superintendente do IBGE também. Então que eu queria solicitar, que a assessoria da Corregedoria encaminhasse esse ofício para entrar em contato com o Deputado Chicão, para ver qual foi o encaminhamento que chegou até lá e dar esse andamento para a gente fazer uma diligência lá e prestar essa informação para a Corregedoria. Se for possível.



**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Perfeito, Dr. Bruno. É muito importante. Acho que são três ofícios, a gente vai lhe encaminhar todos para que faça essa gestão com o Deputado para ver se tem alguma resposta, pelo menos, dizer como está o processo lá. A solução, a gente sabe que ela é longa, ela é demorada. Mas, tem que avançar aos pequenos passos.

**BRUNO KONO – ITERPA** - Na verdade, inclusive complementando, já vou pegar um gancho no que o senhor falou, existe uma comissão interna na Assembleia Legislativa que trata especificamente sobre limites territoriais. Ano passado falava sobre a gestão da deputada de (inaudível). Então, faça esse encaminhamento para mim, que a gente faz essa diligência e dá o retorno para vocês em uma atualização referente à Presidência da (inaudível).

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Está certo então, Dr. Bruno. Obrigado. Bem, então esclarecida a situação, passamos ao item 5, que é o encaminhamento da documentação da área do quilombo de Sucurijuquara. Até a elaboração desta ata, a CGJ ainda não tinha recebido material pelo 2º RI de Belém. Vi que o assessor jurídico do 2º RI está presente. Então, o senhor poderia nos atualizar dessa situação?

**WILLIAM PRAIA - REPRESENTANTE DO 2º RI DE BELÉM** - Olá, bom dia a todos. Sim, desde logo pedimos as devidas escusas, o Dr. Flávio teve uma viagem a trabalho e não pôde comparecer, mas na próxima reunião estará presente. Peticionamos ontem no expediente, juntamos uma petição informando acerca da situação de Sucurijuquara. De forma global, complementando o que o Dr. Flávio pontuou na última reunião, existe aquela matrícula antiga, 386Y, da serventia, em que delas foram destacadas várias áreas, grandes áreas inclusive, e a matrícula anterior não teve a sua devida apuração de remanescente. Essas matrículas todas, desde a originária, estão em nome de particulares, terceiros. Tendo em vista essa situação, além do Sucurijuquara, localizado no Distrito de Mosqueiro, e Mosqueiro, naturalmente e juridicamente ser uma ilha costeira, seria interessante ouvir a SPU, para que se manifestasse sobre a dominialidade. Apesar de ser administrado por Belém, juridicamente, pela Constituição Federal, ele é um patrimônio da União. Então, por ser uma ilha costeira, seria interessante a SPU apresentar um subsídio se for o caso, e Sucurijuquara está literalmente certo em Mosqueiro. Além disso, é um bairro. Hoje, pela Lei Estadual de Divisão de Competências Territoriais em Belém, Sucurijuquara está inserido na área de competência do 3º Ofício de Imóveis, inclusive já foram encaminhadas as certidões de matrículas localizadas no acervo do 2º Ofício para a serventia do 3º para que eles se manifestem sobre as eventuais aberturas de matrículas nessa serventia. E, basicamente, existe um decreto federal, como Sucurijuquara não tem cadastro no registro do INCRA, só um cadastro na Fundação dos Palmares, verificamos que o decreto 4887/2003, ele estabelece algumas diretrizes que deveriam ser observadas pelo INCRA inclusive, para que se faça o registro da eventual comunidade quilombola. Então, também seria interessante talvez ouvir o INCRA a respeito, para ver se já tem algum andamento, algum processo de registro do Sucurijuquara internamente e..., mas basicamente, hoje, por se tratar de ato de registro à legitimação fundiária, qualquer

ato de assinatura é praticado necessariamente no 3º Registro de Imóveis de Belém. Então, todas as matrículas estão, já foram encaminhadas àquela serventia.

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Está certo, Dr.. Então, isso que o senhor explanou para nós agora já está no peticionamento do processo e o senhor recomenda que seja ouvido SPU e INCRA para...

**WILLIAM PRAIA - REPRESENTANTE DO 2º RI DE BELÉM** - Sim, sob a orientação do Dr. Flávio, sim, seria interessante. Porque existe a questão de dominialidade de Mosqueiro, do Distrito de Mosqueiro, do Distrito como um todo por ser ilha e ser bem da União, e também o INCRA em virtude do registro do quilombo do Sucurijuquara.

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Só lembrando que esta demanda surgiu em razão do levantamento que nós fizemos de todas as áreas quilombolas do Estado e apareceu essa questão registral do quilombo Sucurijuquara. Então vamos avançar, caminhar, ver agora a informação da origem do registro para que os demais órgãos possam se manifestar. Vamos dar despacho no processo, o Desembargador vai assinar para que peça as informações e, ao final, já não ele, a Desembargadora Elvina já decida, porque isso vai demorar. Obrigado, Dr.

**WILLIAM PRAIA - REPRESENTANTE DO 2º RI DE BELÉM** - De nada, Dr.

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** -Alguém tem alguma colocação? Diga, Dr. Tito.

**MÁRIO TITO ALMEIDA – INCRA** - Só para esclarecer que, nessa reformulação da organização do INCRA agora com essa portaria que foi citada agora a pouco, o INCRA tem uma divisão específica para territórios quilombolas. Então, assim, em nível nacional, existe uma diretoria de territórios quilombolas e isso rebate nas superintendências com uma divisão de territórios quilombolas. Então, essa demanda com certeza será encaminhada diretamente a essa nossa divisão interna. E eu acho interessante porque vai celerizar ainda mais esse processo. Foi um avanço muito grande, porque aí o INCRA toma a frente desse processo de regularização fundiária com todos os aspectos que isso traz, não só fundiário, mas cultural, a questão antropológica, etcetera e tal. Então é uma locação que eu vou até recepcionar para já encaminhar ao setor devido. Até estou fazendo agora, nesse instante.

**LÚCIO GUERREIRO – CGJ** - Que bom, Dr.. Obrigado. Isso é um grande ganho para todos. Bem, então aqui chegamos no que ocorrer e ficou pendente o nosso item 4. O secretário ainda não conseguiu chegar. Não, desculpe, o item 3, que na verdade, o que é que trata esse item 3? Nós pedimos aqui durante muito tempo ao ITERPA que disponibilizasse os shapefiles dos quarenta e sete municípios que foram devidamente identificados, para que houvesse um conhecimento geral de qual é a área efetiva de cada um, e o ITERPA cumpriu essa determinação, encaminhou para a gente, mas encaminhou em um formato que não é um formato de leitura fácil de qualquer aplicativo. Então, entramos em contato com a nossa Secretaria de Informática do Tribunal. Eu já conversei com o Secretário agora de manhã. Ele disse que a Secretaria



de Informática já conseguiu. Eu não sei dizer tecnicamente...tirar o zip, o zipcode, transformar isso em uma forma de leitura disponível para todo mundo. Então, parece que isso já foi feito pela Secretaria de Informática. Eu queria que ele viesse aqui para explicar tecnicamente, pois eu não domino a área. Mas, o que eu sei é que a Secretaria de Informática conseguiu fazer a degravação, a leitura desse arquivo, e nós vamos encaminhar a todos os senhores, uma forma de divulgar e dar transparência do que pertence a cada um dos municípios do Estado. Está certo? Bem, ele disse que ia chegar, não chegou. Acho que nós superamos o item. Se ele chegar, que possa fazer uma explicação técnica desse assunto. Com isso, Desembargador, a gente conclui a pauta da área rural, da Governança Rural.

**DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ** - Então, mais uma vez-

**BRUNO KONO - ITERPA** - Dr. Lúcio, só um ponto, Dr. Lúcio, desculpa. Só para acrescentar aqui, a gente não mandou em um formato que é trabalhado, mas não foi em nenhum sentido de complicar, de dificultar acesso, de jeito nenhum. Só para deixar destacado, está bom? E o que se precisar em termos de conversão e tudo mais, a gente está à disposição também para colaborar.

**DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ** - Estes são os desafios, não é Dr. Bruno, da vida moderna. Cada órgão tem a sua tecnologia, tem a sua interoperabilidade, fazer esses sistemas se enxergarem, interagir...

**BRUNO KONO - ITERPA** - É que assim, não é comum. No dia a dia do órgão fundiário, é o que a gente trabalha, que é a especificidade, a especialidade do que a gente trabalha. E claro, o Tribunal não é um órgão especializado nisso, então ele não tem essas mesmas ferramentas de tecnologia. Então isso é comum acontecer, mas a gente está à disposição para qualquer tipo de apoio na Secretaria de Tecnologia do Tribunal de Justiça.

**DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ** Então, mais uma vez aqui eu quero agradecer aqui a todos os doutores presentes, ao Ministério Público, à Defensoria, à Clínica da UFPA, ao Instituto Vale, aos registradores, ao ITERPA, aos INCRA's e às suas três superintendências regionais, aos produtores do nosso Estado aqui representados, tanto nos polos pelo Professor Girolamo e pelo Coronel Solano, aos, deixa eu ver se estou esquecendo mais alguém...à CODEM, aos municípios, aos registradores. Mais uma vez aqui ao Lúcio e não poderia de deixar de agradecer ainda aqui, por último, às nossas servidoras, a Monique e a Paola, que bem ao cabo são os braços dessas ações aqui. Muito obrigado por tudo. Diga, professor.

**GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI** - Licença, Desembargador. No que ocorrer, eu teria uma solicitação. É possível? Sempre entra alguma coisa, não é? Na realidade, não é bem uma solicitação. Apesar desta ser a última reunião na sua administração, nós, pela sua própria informação, seremos brindados com a continuidade desse trabalho. Seria interessante se fosse socializado o trabalho da comissão que Vossa Excelência criou, Dr. Horácio é um dos membros desta comissão, não é? Sobre a Governança Fundiária



do nosso Estado. Seria muito bom que os trabalhos realizados por esta comissão fossem socializados neste espaço, evidentemente na próxima reunião, é difícil hoje, mas enfim, para que possamos em conjunto debater aquilo que o Tribunal está propondo como encaminhamento para a questão fundiária no Estado do Pará. Obrigado.

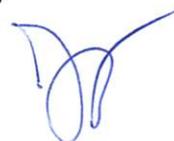
**DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO-CGJ** - Fica a sugestão, professor. Muito boa. Foi aqui lembrado...o Dr. Solano pediu a palavra? Pois não.

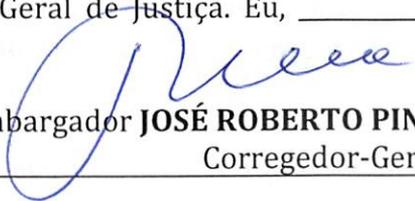
**MARIO SOLANO - FAEPA** - Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Desembargador José Bezerra. Meus cumprimentos à pessoa do Dr. Lúcio, meus cumprimentos a todos os assessores desta comissão, a todos os participantes. Ao ouvir a observação feita pelo Professor Treccani sobre o que seria a sua última sessão à frente dessa comissão. Aqui em nome dos produtores rurais, em especial pela Federação de Agricultura e Pecuária, não poderia deixar de furta, de agradecer e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos nesses dois anos. Nós temos acompanhado aqui a sua resiliência, a sua persistência para que realmente o trabalho social chegue à nossa comunidade, chegue lá na ponta. Na segunda parte da pauta, vão discutir agora a Urbana, e eu lembro muito bem em reuniões pretéritas a discussão sobre exatamente um item da pauta que é a questão do bairro da Terra Firme, com nome realmente técnico Montepio. E eu teria dito ao senhor que teria aproximadamente setenta e seis mil habitantes, e a sensibilidade do senhor à frente da pauta junto com seus assessores de tentar avançar nesse processo, dar celeridade, dar dignidade e justiça para aquelas pessoas. Portanto, eu não poderia deixar de ressaltar essa sua sensibilidade com sua equipe de fazer com que essas atividades, que parecem simples, administrativa, burocrática, difícil, de trazer justamente todas essas pessoas que aqui estão representando suas instituições. E veja só, Desembargador: já não vai ter espaço. O senhor está deixando muito singelo, e veja só, o senhor vai deixar aqui sem espaço para tanta gente que hoje está participando e abraçou a sua causa. Portanto, nossos parabéns. O senhor vai deixar aqui saudades, e tenha certeza que o seu legado será dado continuidade pela qualidade das pessoas que trabalharam com o senhor até agora, pela sua assessoria, todos eles capazes, competentes e interessados justamente no bem social e conte conosco. Obrigado.

*[como o assunto levantado diz respeito a tema da pauta da governança urbana, a transcrição dos debates continuará na próxima ata]*

Aprovada, pelos presentes, a ata da última reunião.

**A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK:**  
<https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/>



TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS		RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1. ENCAMINHAMENTO DAS INFORMAÇÕES DE COMPETÊNCIAS DAS TRES SUPERINTENDENCIAS DO INCRA A TODOS OS PARTICIPANTES		CGJ	IMEDIATO
2. EFETUAR COMUNICAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DAS TRATATIVAS JUNTO AO INCRA PARA EMISSÃO DE CCIR NO TITULO DO IMOVEL EXPEDIDO		ITERPA	15 DIAS
3. ENCAMINHAR, AO ITERPA, CÓPIA DO OFICIO EXPEDIDO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SOBRE A DEMILITAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO PARÁ		CGJ	IMEDIATO
4. ENCAMINHAMENTOS DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS REFERENTES À GLEBA DE SUCURIJUQUARA AO INCRA E A SPU PARA MANIFESTAÇÃO EM 15 DIAS		CGJ	IMEDIATO
5. INFORMAÇÕES SOBRE EVENTUAL DOAÇÃO DE TERRAS DO QUILOMBO SUCURIJUQUARA A CODEM		ITERPA/CODEM	15 DIAS
6. ENCAMINHAR AOS MEMBROS A EXTRAÇÃO DOS DADOS DOS SHAPEFILES ENCAMINHADOS PELO ITERPA		CGJ/SECINFO	TÃO LOGO FINALIZADA A EXTRAÇÃO
PROXIMAS REUNIÕES			
Data: 10.03.2025	INÍCIO: 9H	FIM: 10H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 - TJPA
<p>Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelo Corregedor-Geral de Justiça. Eu, _____ Paola Watrin Pimenta Menescal digitei e subscrevo.</p> <p style="text-align: center;">   Desembargador <b>JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR</b>  Corregedor-Geral de Justiça </p>			